

## ROMPER O CERCO

**Manuel Alegre**

1. Há trinta e tal anos Portugal era um país cercado: pela ditadura, pela guerra colonial, pelo isolamento internacional, pelas muitas formas de cadeia e censura que as pessoas traziam dentro de si. Havia quem se acomodasse e havia quem não se conformasse.

2. Em 25 de Abril de 1974, a História deu uma volta em Portugal. Com altos e baixos é imenso o caminho percorrido. Completaram-se os vários ciclos anunciados pelos três D do programa do MFA. O da democratização, iniciado com as eleições de 75 e concluído em 82, com a criação de um Tribunal Constitucional civil; o do desenvolvimento, cumprindo a transição do subdesenvolvimento até à integração europeia. E o da descolonização, que só se encerrou em 1999, com a devolução de Macau à China e com a lição de democracia dada por Timor.

3. Se há trinta anos nos dissessem o que iria acontecer ninguém acreditava. Também o mundo estava cercado e bloqueado pela lógica da guerra fria e do equilíbrio do terror. As tentativas de vias originais acabaram esmagadas ora pelos tanques do Pacto de Varsóvia, como em 1968, em Praga, ora pelas bombas de Pinochet inspiradas pelos americanos, como em 1971, no Chile.

4. Ninguém então podia imaginar que, num país como Portugal, onde o próprio CDS advogava, no seu programa, a "sociedade sem classes", essa expressão viesse a estar completamente fora de moda e hoje seja quase uma heresia falar de esquerda e socialismo.

5. Com a queda do Muro e a globalização, o mundo bipolar da guerra fria deu lugar a um mundo unipolar, dominado pelo poder hegemónico (militar e económico) dos EUA. Com Bush e a sua teoria da "guerra preventiva" impôs-se um unilateralismo americano que afronta a capacidade da comunidade internacional para fazer frente aos problemas que afectam o mundo. A pobreza aumenta, as ameaças ambientais alargam-se, a insegurança veio para ficar. Aperta-se o cerco neoconservador. Vai ser cada vez mais difícil construir uma alternativa global.

6. Maastricht propôs, aparentemente em pé de igualdade, a moeda única e a cidadania europeia, mas só previu prazos e sanções no que respeita à moeda. O Pacto de Estabilidade e Crescimento manteve este desequilíbrio entre uma política monetária extremamente restritiva e políticas sociais vagas. Foi talvez esta a maior capitulação da esquerda europeia. Numa altura em que devia ter feito valer o modelo social europeu, acabou por ceder à tentação gestionária. A Estratégia de Lisboa esboçou uma alternativa, mas não tem sido aplicada por sucessivos governos nacionais. O cerco ideológico atingiu o coração da esquerda europeia, precisamente quando ela detinha o poder na maioria dos Estados membros.

7. É positivo que o Tratado que acaba de ser assinado em Roma inclua a Carta dos Direitos Fundamentais. Mas não se compreende que misture esses preceitos com políticas económicas e sociais concretas vinculadas ao neo-liberalismo dominante. Assim se pode vir a constituir em mais um elemento do cerco ideológico que impede a emergência de uma alternativa à escala nacional e europeia. Há um ponto em que António Barreto tem razão. Tudo foi feito para que o Tratado seja votado e aprovado sem discussão, praticamente

como um facto consumado. Não é assim que se supera o défice democrático na construção da Europa. E há outro problema para o qual alertou Cavaco Silva: à falta de informação e debate, corre-se o risco de as questões internas virem a sobrepor-se à questão europeia. O risco maior é o de as pessoas votarem sem saberem o que estão a votar. Na minha opinião há artigos a mais. Pergunto-me se a eventual constitucionalização de preceitos que configuram um programa neo-liberal não poderá vir a pôr em causa o próprio modelo social europeu, que todos, principalmente os socialistas, temos obrigação de defender. A Europa não é só o Banco Central. A Europa é, tem de continuar a ser, um projecto de cidadania, um projecto político, social e cultural. E é nesta perspectiva que se deve discutir e votar o Tratado, pondo o acento tónico na coesão, em políticas de emprego e, sobretudo, na consolidação e renovação do modelo social europeu.

8. No caso português, o cerco agravou-se devido às fragilidades estruturais do nosso modelo de desenvolvimento e ao desastre das políticas recessivas, socialmente cegas, levadas a cabo pelos governos de direita.

Com baixos níveis de formação e taxas de insucesso escolar claramente superiores aos dos seus parceiros europeus, com uma fraca cultura de inovação, com pouco tecnologia incorporada nos bens que produz e com custos de energia elevados, Portugal está também ele "cercado" pela concorrência internacional, entalado entre as economias desenvolvidas e a agressividade externa das economias emergentes. Por isso marca passo e não consegue "descolar" da cauda das estatísticas de desenvolvimento, depois de ter sido, nas décadas que se seguiram ao 25 de Abril, um caso de sucesso na passagem da ditadura à democracia. O enfeudamento aos grandes interesses, económicos e mediáticos, e a promiscuidade entre estes e os decisores políticos agravam a sensação de desnorte e asfixia que se vive em Portugal. A construção de uma alternativa de esquerda é hoje um imperativo, não apenas democrático, mas também patriótico.

9. A grande questão que se coloca às sociedades modernas é a tensão entre a garantia da igualdade de direitos e de autonomia individual, por um lado, e as inevitáveis desigualdades geradas pela dinâmica do mercado, por outro. Esta tensão não pode ser resolvida em prejuízo dos direitos das pessoas. O mercado gera riqueza, mas não é capaz de gerar justiça social. E também não produz nem garante direitos políticos e sociais. Sabemos que há falhas do mercado, como há falhas de Estado. É fundamental que ambos possam convergir em processos de desenvolvimento sustentável. Nem Estado a mais, nem Estado a menos. Mas um Estado estratega que, para além de garantir os direitos e bens públicos essenciais, seja capaz de definir horizontes que conjuguem as estratégias empresariais de criação de riqueza com as políticas sociais, culturais e ambientais.

10. Mas a democracia representativa está a atravessar uma crise profunda. Crise que se manifesta em três planos distintos: na representação política, porque há alternância mas não há alternativa; na participação dos cidadãos, com manifestações crescentes de abstencionismo, apesar de a tecnologia nos proporcionar o acesso a quantidades vertiginosas de informação; e no vínculo social e político, com o endeusamento do individualismo consumista e a fractura social provocada por novas e velhas exclusões.

11. As relações entre os políticos e os "media" estão no coração das novas exigências da democracia. A explosão tecnológica e mediática das últimas

décadas e a imposição do discurso televisivo dominante transformou a informação em espectáculo. O espaço público virtual dos “media” sobrepôs-se ao espaço público da cidadania. A aceleração do tempo e a transformação da notícia em produto de consumo induzem novos comportamentos. A temporalidade da acção política é distinta da vertigem noticiosa. A impaciência mediática dá-se mal com a necessária paciência democrática. A conjuntura e o *fait-divers* ocupam o centro do debate em prejuízo de reflexões de fundo.

12. Os partidos políticos tendem a deixar de ser reconhecidos como famílias com uma identidade ideológica própria e a converter-se em simples gestores do poder possível. A diluição ideológica acentuou-se à medida que as mutações económicas e sociais tornavam cada vez mais difícil aplicar receitas tradicionais aos novos problemas. A demografia na Europa alterou-se profundamente, criando uma nova proporção entre idosos e jovens. A pressão migratória aumentou o fosso geracional e deu lugar a clivagens culturais, religiosas e sociais.

13. Estes novos dados desafiam o modelo social europeu, pondo em causa os sistemas públicos de saúde e segurança social. A redistribuição de recursos através da reforma fiscal e das políticas sociais torna-se cada vez mais difícil, não só porque estas têm custos que crescem em progressão geométrica, mas porque o capitalismo financeiro tem muitas formas de promover a evasão fiscal. Fazer frente aos novos poderes, transnacionais, globais e às vezes mafiosos, é cada vez mais complicado. Finalmente, a difusão do pensamento ultra-liberal, com a sua desconfiança perante o Estado e os serviços públicos, faz com que o cerco seja, não apenas económico e financeiro, mas também ideológico e político.

14. O futuro e a credibilidade da democracia passam pela capacidade de voltar a gerar alternativas. O capitalismo financeiro e as formas de poder económico e mediático que ele sustenta não são o fim da história.

15. A ideia de um Estado motor do desenvolvimento, corrente nos anos 70, e que em Portugal se exprimiu pela constitucionalização de uma enorme intervenção do Estado na organização económica, foi substituída pelas teses ultra-liberais dos anos 80. Foram elas que abriram caminho à desregulação e à implantação da globalização financeira como hoje a conhecemos. Foram também elas que procuraram e ainda procuram desmantelar os Estados Providência herdados da tradição humanista europeia. Numa economia pequena e dependente como a nossa, a alteração radical do papel do Estado num tão curto espaço de tempo - de autoritário a revolucionário e de revolucionário a liberal, em pouco mais de dez anos - e a posterior abertura aos mercados, em simultâneo com a entrada de substanciais fundos comunitários, acabou por se traduzir num desenvolvimento contraditório e desregulado, às vezes do avesso.

16. Uma das maiores diferenças entre 1974 e os dias de hoje é que já não é concebível perspectivar a democracia à escala de um só país. A globalização veio para ficar. Os desafios do futuro têm uma componente mundial e europeia. As redes globais de cidadania, através de organizações, movimentos e difusão da informação, terão um papel cada vez maior. A Internet é a grande metáfora deste novo tempo. Também aqui há novos poderes e novas exclusões. É preciso garantir a todos, desde a base, o acesso a este extraordinário meio de conhecimento e poder. Mas a Net, sozinha, não fará bons cidadãos. A igualdade e a fraternidade são construções humanas, não o resultado

automático de um qualquer processo tecnológico, por mais aliciante que ele seja.

17. A melhor qualidade da democracia implica reformas no sistema político, com vista à sua transparência e à aproximação entre eleitores e eleitos. Essa reforma passa por dentro dos partidos, que têm de ser devolvidos à sua autonomia própria. Nem governamentalização dos partidos pelo poder, nem partidarização do Estado pelos partidos. A reforma passa também pela compreensão do actual papel dos media. Não há espaço público nos dias de hoje sem os media. É essencial preservar a sua autonomia e independência face aos poderes económicos e políticos, promover o respeito pela deontologia profissional e redefinir o papel da entidade reguladora da comunicação social.

18. Só sairemos da "melancolia democrática" se lançarmos as bases de uma alternativa democrática ao pensamento único. Essa alternativa implica:

- um novo idealismo democrático, que ultrapasse a hegemonia individualista dominante;
- um novo contrato social, baseado na paridade de género e no cosmopolitismo;
- um novo papel do Estado, o Estado estratega, que regule a relação entre agentes económicos e poderes políticos e defina metas e horizontes de desenvolvimento global;
- uma nova afirmação da nossa identidade cultural, linguística e histórica no mundo global;
- uma nova estratégia de desenvolvimento sustentável, capaz de gerar crescimento económico, coesão social e protecção ambiental;
- uma nova definição de cidadania, que inclua os direitos económicos e sociais a par dos direitos políticos;
- uma nova regulação do poder mediático, que garanta a liberdade de informar e ser informado e a independência face ao poder económico ou político.

19. A alternativa democrática passa também, em meu entender, por uma refundação da esquerda, à escala nacional, europeia e mundial. As oligarquias estão a sobrepor-se à democracia. Não foi esse o sonho dos homens do 25 de Abril nem dos que consagraram na Constituição o princípio da independência do poder político em relação ao poder económico. Há um mundo unipolar. Mas também começa a haver um país de sentido único. A democracia tem de romper o cerco. A começar pelo cerco que está dentro das pessoas e até daquela parte da esquerda a quem a direita pretende dizer o que deve e não deve ser.

20. Sabemos que o mercado individualiza, a política socializa e a democracia concilia. Mas os mecanismos tradicionais da democracia foram concebidos no quadro dos Estados Nações, na era da industrialização. Hoje vivemos na era da globalização e num quadro pós-industrial. O consumismo e a globalização financeira e mediática subvertem, à escala global e nacional, o funcionamento democrático. Mesmo nas democracias consolidadas há sinais de crise. É por isso que é preciso reinventar, reforçar e defender a democracia, não apenas como um conjunto de mecanismos formais, mas como vivência. É preciso adaptar a democracia aos novos tempos. Trinta anos depois e nos que estão para vir, a grande causa é a qualidade da democracia.

21. Vem aí uma nova onda conservadora. Novas formas de condicionamento e intimidação. Mais uma vez há quem se conforme e há quem não se resigne.

Li recentemente um livro magnífico, "Os soldados de Salamina", do espanhol

Javier Cercas. Ocorre-me um episódio fantástico por ele recordado. Quando toda a Europa estava ocupada pelos nazis, algures, em um lugar perdido no deserto, uma pequena patrulha comandada pelo Coronel Ornano tomava aos alemães o oásis de Mazukh. Aí, sem que ninguém o soubesse, eles hastearam pela primeira vez a bandeira tricolor, a bandeira de um país derrotado, que foi nesse instante a bandeira da liberdade. Sem que ninguém o soubesse, eles tinham começado a libertar a Europa e o mundo. Dessa patrulha fazia parte um soldado republicano espanhol. O Coronel Ornano foi morto na batalha. O General Leclerc tomou então o comando e depois de uma louca marcha de 1000 quilómetros pelo deserto conquistou Koufra, o mais importante posto alemão da Líbia. E disse que só deparia as armas quando a bandeira tricolor fosse hasteada em Paris, em Metz e em Estrasburgo. E assim fez. Sempre acompanhado pelo soldado que tinha perdido a guerra civil de Espanha. Eles foram então os herdeiros dos que tendo vencido a batalha de Salamina salvaram a liberdade da Grécia e fundaram a nossa civilização.

22. Não sei o que vai acontecer dentro de 30 anos. Sei que a democracia tem de saber enfrentar o novo flagelo do terrorismo sem pôr em causa os seus valores e sem se negar a si mesma, como em Guantanamo. Sei que não se faz democracia com novos muros. E sei sobretudo que a democracia não se impõe à bomba. Por isso eu creio que, mais do que nunca, a democracia e o mundo precisam do espírito dos soldados de Salamina que em todos os tempos defenderam o espírito crítico e livre contra todos os fundamentalismos, contra todos os imperialismos e contra todas as formas de sujeição.

Sabe-se o que foi e o que é, não se sabe o que será. O oráculo de Delfos calou-se há muito. A água que falava já não fala. Mas só quem espera, disse Heraclito, verá o inesperado.